



João Gago da Câmara

Paralelo 38

Base das Lajes – da indignação açoriana à indiferença americana

“Um país, seja ele qual for, que perde a sua dignidade, perde tudo. As autoridades regionais, conjuntamente com as nacionais têm de ter a frontalidade de dizer aos norte-americanos o que, de facto, pensam acerca das várias matérias que estão em cima da mesa das negociações”

Ao longo dos últimos anos, a problemática relacionada com a base das Lajes tem estado na ordem do dia. Levantamos hoje algumas questões que entendemos pertinentes, assim como tecemos alguns considerandos sobre o atual estado das Relações Transatlânticas, designadamente no que se refere aos Estados Unidos da América e à sua presente administração.

Não vamos tratar especificamente da importância geopolítica e geoestratégica dos Açores. Concentramos-nos em algumas questões que têm vindo a público acerca das potencialidades relacionadas com a base das Lajes, e, de uma forma geral, com o arquipélago dos Açores.

Com o objetivo de abordar esta matéria, pedimos a ajuda do académico açoriano, Doutor Luís Manuel Vieira de Andrade, Professor Catedrático em Ciência Política e Relações Internacionais, discípulo de Adriano Moreira, seu orientador na tese de doutoramento que, em 1993, defendeu na Universidade dos Açores, subordinada ao título “Neutralidade colaborante – o caso de Portugal na Segunda Guerra Mundial”. Adriano Moreira integrou todos os júris dos concursos de Vieira de Andrade, inclusivamente o concurso para professor catedrático.

Luís Vieira de Andrade foi representante da Região Autónoma dos Açores na Comissão Bilateral Permanente do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América, entre 1996 e 2000 e entre 2001 e 2004.

Base Aérea das Lajes e a imprevisibilidade do mundo

Podemos afirmar que os Açores têm sido relevantes ao longo dos séculos no que respeita à geopolítica e à geoestratégia. No século XX, foi evidente por parte de algumas potências a vontade de obterem facilidades de natureza militar no arquipélago. Quer o Reino Unido, quer os Estados Unidos da América manifestaram interesse em se estabelecerem nos Açores, os últimos no decurso da Primeira e da Segunda Guerras Mundiais, o primeiro, sobretudo, ao longo do último conflito mundial. Esse interesse manteve-se entre 1945 e 1989, ano que marca simbolicamente o fim da Guerra Fria.

É importante referir, todavia, que o interesse, designadamente dos EUA, pelos Açores voltou a verificar-se depois de 1989, muito embora a Guerra Fria tenha terminado oficialmente após esta data e, em termos geopolíticos, se tenha passado de um mundo bipolar para um mundo unipolar, na medida em que a URSS implodiu, dando lugar, primeiramente, à Comunidade de Estados Independentes e depois à Federação Russa propriamente dita, com as restantes repúblicas soviéticas a obterem a independência. Porém, para Luís Vieira de Andrade, “o mundo a que nós assistimos desde o fim da URSS, em Dezembro de 1991, até hoje, não foi, nem é, tão pacífico e estável como muitos especialistas pensavam inicialmente. Ao que nós assistimos, de facto, é a uma enorme imprevisibilidade, por um lado, e a uma grande conflitualidade, por



outro, um pouco por todo o mundo, inclusivamente na supostamente desenvolvida Europa.” E quanto ao nosso Continente, a título de exemplo, o Professor cita o caso paradigmático da ex-Jugoslávia e lembra que “os acontecimentos que tiveram lugar ao longo da última década do século XX, designadamente na Bósnia-Herzegovina, na Sérvia e no Kosovo, já não se viam desde a Segunda Guerra Mundial, durante a qual assistimos às atrocidades cometidas pela Alemanha Nazi, sobretudo quanto às limpezas étnicas e ao extermínio da população judaica e não só. Os ódios com origem em nacionalismos exacerbados, por um lado, e em conflitos de natureza religiosa, por outro, tiveram lugar no território da ex-Jugoslávia, tendo, em alguns casos, perdurado até aos nossos dias.” Por outro lado, prossegue Luís Andrade, “a conflitualidade no Médio Oriente intensificou-se, sobretudo, no que respeita ao Iraque e à Síria, assim como ao Afeganistão e ao Iémen. A formação de um Estado Islâmico, ocupando uma parte significativa do território da Síria e do Iraque, contribuiu para desestabilizar ainda mais a situação que se vivia e que se continua a viver naquela área do mundo. E é relevante referir que, pelo menos parcialmente, a instabilidade a que hoje se assiste naquela região do mundo se deve em larga medida à intervenção militar norte-americana no Iraque, que teve lugar em Março de 2003.”

Como consequência de toda esta instabilidade, Luís Vieira de Andrade opina que “a problemática relacionada com os refugiados, que todos os dias chegam às costas da Europa, designadamente à Grécia e à Itália, se deve a essa intervenção militar dos EUA.” E remata que, “para além da eterna luta entre Xiitas, Sunitas e Curdos, a intervenção militar dos EUA contribuiu

para a complexificação do problema e para a génese dessa vaga de refugiados que está, e continuará a estar, a afetar a Europa.”

Precisamos de uma política comum de segurança e defesa na União Europeia?

Face ao exposto, o terrorismo transnacional tem sido uma característica cada vez mais marcante do mundo atual. Reparemos nos atentados que têm vindo a ocorrer um pouco por toda a Europa, desde São Petersburgo a Londres, passando por Paris, Nice e Bruxelas. Este cenário preocupante leva o Professor a defender “a necessidade, inequívoca, da Europa, e mais especificamente da União Europeia, de implementar uma Política Externa e de Segurança Comum e, por sua vez, uma Política Comum de Segurança e Defesa.” Para Andrade, “é absolutamente necessário que a U.E. se dote, o mais rapidamente possível, de uma capacidade autónoma no âmbito da Segurança e da Defesa. Não nos podemos esquecer que a segurança constitui uma condição sine qua non para o desenvolvimento e para a estabilidade política, social e económica.”

Quis, a propósito, precisar o Professor que “tendo em consideração as recentes declarações do Presidente dos EUA, é evidente que o continente europeu não pode, nem deve continuar a contar com este país, não apenas no âmbito da defesa, mas também em muitos outros. Neste contexto, durante a cimeira do G7, realizada na Sicília, foi evidente que o Presidente norte-americano não mostrou qualquer interesse em analisar, conjuntamente com os seus parceiros europeus, a problemática relacionada com os refugiados que têm vindo a chegar à Europa em números cada vez mais significativos, quando os EUA são um dos principais responsáveis por esta situação. Isto significa, mais uma vez, que a Europa não poderá contar com esta administração dos EUA relativamente a este assunto, assim como em muitas outras matérias.”

Guerra ou diálogo?

Há autores que defendem a tese de que os americanos são de Marte e os europeus são de Vénus. Isto é, os primeiros são muito mais propensos à utilização da componente militar para a resolução de conflitos, o chamado *hard power*, enquanto os últimos defendem, acima de tudo, o recurso à diplomacia e ao Direito por forma a poderem resolver os conflitos, quer no âmbito europeu quer mundial, dando origem àquilo que se convencionou designar por *soft power*. Isto significa que a União Europeia defende a solução de conflitos pela via pacífica, o mesmo não sucedendo com os EUA, sobretudo com a atual administração, que defende a via militar.

Para o Professor Luís Andrade, “um aspeto de grande relevância tem a ver com o facto de o Senhor Donald Trump mostrar relutância em reconhecer a importância do artigo 5 da Organização do Tratado do Atlântico Norte, que refere textualmente que um